



A mulher fora do orçamento público

Na edição relativa ao mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, o Fórum Popular de Orçamento, em parceria com o Instituto Equit, realizaram um trabalho a respeito da presença da mulher, através de políticas públicas de gênero, nos Orçamentos dos municípios do Rio, Niterói e do estado do Rio de Janeiro. A conclusão que se chega após a leitura desse trabalho elaborado especialmente para esta edição é que as políticas de gêneros permanecem quase à margem dos orçamentos governamentais. Maioria na sociedade, as mulheres continuam em ampla desvantagem, quase ocultas nos números e dados que traduzem a execução efetiva de políticas públicas. E aí, a inevitável pergunta: até quando? **Página 13**

O Rio de Janeiro revisto pelo IBGE. Página 3
Bono, Stone, Sachs e a banalização global. Página 6

A mulher no orçamento público

■ Esta edição está chegando a suas mãos já em abril, contudo ela refere-se ao mês anterior, quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. E nela o *Jornal dos Economistas* traz uma abordagem especial sobre a mulher. Abordagem esta vista a partir da ótica das políticas públicas voltadas para as questões de gênero implementadas pelos governos municipais do Rio e de Niterói, mais o do estado do Rio de Janeiro. Não sob a panorâmica dos discursos e dos programas dos governantes, mas, sim, na execução orçamentária, isto é, na destinação efetiva de parcelas dos recursos recolhidos da sociedade, aplicadas em iniciativas visando equidade de gêneros e a adoção e oferta de práticas e de políticas não-sexistas.

O resultado não é de todo desanimador, pois há em curso um processo efetivo e cada vez mais ativo e envolvente da luta das mulheres pela presença e reconhecimento delas enquanto sujeito histórico, ator político de mudança e transformação desta própria presença. Contudo, ao debruçar-se sobre as políticas públicas efetivamente postas em prática, através da leitura da execução orçamentária, percebe-se, também aqui, a enorme disparidade entre o discurso dos governantes e suas práticas consolidadas em ações concretas. Daí, a inevitável indagação: até quando?

Apesar de alguns avanços em termos da institucionalização das questões de gênero nos aparatos públicos e estatais, há ainda uma enorme dívida social e política com as mulheres. E esta avaliação é possível a partir da leitura e análise do trabalho elaborado, especialmente para esta edição do *JE*, pelo Fórum Popular de Orçamento e pelo Instituto Equit.

Além desta leitura, esta edição traz a análise conjuntural do presidente reeleito do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, professor João Paulo de Almeida Magalhães, e um instigante artigo do pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas sobre o Fórum Econômico Mundial. Abrindo a edição, artigo especial do economista Mauro Osório sobre a economia fluminense.

São as opções que reservamos para sua leitura nesta edição.

SUMÁRIO

3 Mauro Osório
Estado do Rio de Janeiro
Estagnação e rumos de reversão

6 Eduardo Gudynas
Davos: a Bono banalização da globalização



8

Entrevista

João Paulo de Almeida Magalhães

"O crédito cresceu sem qualquer controle"

10 Corecon-RJ - Balanço patrimonial

11 Pedro Paulo Silveira Felicíssimo
O vôo da galinha do programa de bioenergia

13 Fórum Popular de Orçamento
Descaso com políticas públicas de gênero

16 Lançado livro sobre como entender a conjuntura
Cursos Corecon-RJ

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

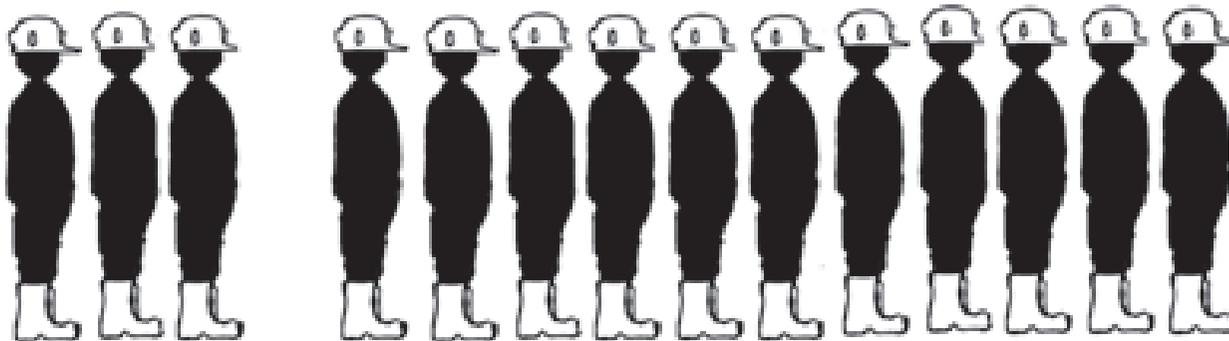
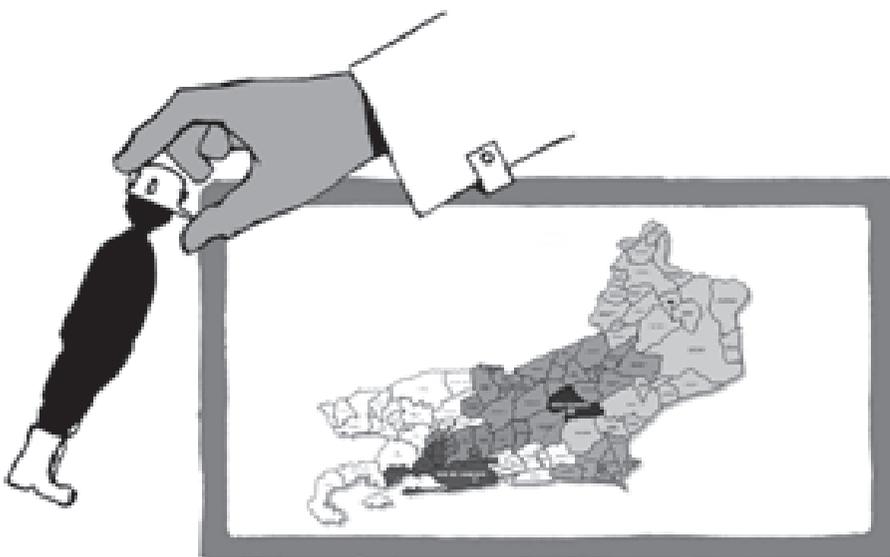
rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

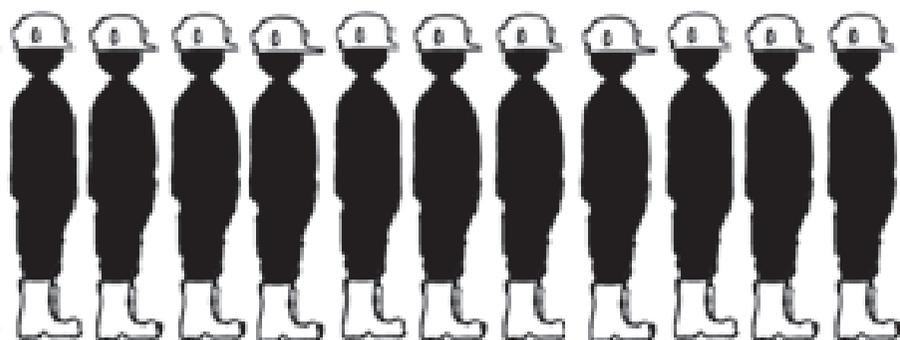
Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Recentemente, foram divulgados os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, de 2002 a 2005, com base na nova metodologia do IBGE, que passou por uma série de aprimoramentos. Neles, os dados de emprego para a cidade do Rio de Janeiro, região metropolitana e estado, relativos ao ano de 2007.



Estado do Rio de Janeiro

Estagnação e rumos de reversão



■ Mauro Osório*

Uma primeira observação importante é que o PIB da cidade do Rio de Janeiro estava subavaliado, sendo que seu valor passou de R\$ 74 bilhões, em 2004, na metodologia antiga, para R\$ 115,6 bilhões, na nova metodologia. Ou seja, havia uma importante subesti-

mação, sendo descoberto agora que o PIB da cidade é maior do que o que se falava em torno de 52%. Este dado é relevante, pois alguns analistas apontavam que a trajetória de crise e estagnação do Estado do Rio de Janeiro seria derivada centralmente da trajetória da cidade do Rio e da região metropolitana.

Na verdade, trata-se de uma estagnação econômica da região como um todo, que pode ser verificada, por exemplo, no fato de o estado ter apresentado, entre 1970 e 2005, a maior perda de participação no PIB nacional, entre todas as unidades federativas: em torno de 32,1% (IBGE e IpeaData). Ou por ter apresentado uma

evolução do emprego formal, entre 1985 e 2006, de 26,2% – também a menor evolução entre todas as unidades federativas –, mediante um crescimento no país de 71,6%. Ou ainda pela região metropolitana e a cidade do Rio terem apresentado uma evolução do trabalho formal e informal, entre março/2002 e dezembro/2007, de 15% e 13,8%, respectivamente, perante um crescimento no total das regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife de 23,1% (Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE – série mais longa com a mesma metodologia).

Os dados para o ano de 2007 ainda continuam apontando uma trajetória da economia fluminense aquém da que ocorre no

país. No que diz respeito à indústria de transformação, o estado do Rio de Janeiro apresentou no ano um crescimento de 3,2%, enquanto o crescimento do país foi de 6%; em São Paulo, de 6,2%; e em Minas Gerais de 8% (IBGE/Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física)¹.

Melhor aproximação à realidade

No que diz respeito ao emprego com carteira assinada, verificamos no estado um crescimento de 5,34%, mediante um crescimento no total do país de 5,85% (Caged/MTE). No mesmo sentido, os dados relativos à evolução do trabalho formal e informal na cidade do Rio e região Metropolitana, entre janeiro e dezembro 2007, apontam um crescimento de 2,5% e 1,7%, respectivamente, perante crescimento para o total das regiões metropolitanas pesquisadas de 4,2% (PME/IBGE).

Para o período recente, no entanto, podemos verificar alguns dados alvissareiros. Utilizando, ainda, a divulgação dos novos PIBs municipais, podemos verificar que, para o período entre 2002 e 2005, se por um lado o crescimento que ocorre nos 75 municípios do interior fluminense ainda está bastante concentrado no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas (que têm a maioria de seus municípios beneficiados pela forma como o IBGE faz o rateio da extração de petróleo em alto-mar, na Bacia de Campos, para cálculo do PIB municipal), por outro lado começamos a ver um consistente crescimento, em termos reais, na região do Médio Paraíba, de 52,6%, no país o crescimento é de 18,9%.

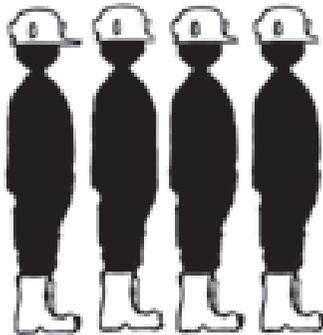
Este crescimento deriva do fato de que a expansão industrial, centrada inicialmente, a partir de meados dos anos 90, apenas em Re-

sende e Porto Real (indústria automobilística), passa a beneficiar, em período mais recente (2002/2005), a grande maioria dos municípios da região do Médio Paraíba.

Por sua vez, quando olhamos os dados da evolução nas demais regiões do estado – Serrana, Centro-Sul Fluminense, Noroeste e Costa Verde –, vemos um crescimento do PIB para o somatório de seus municípios de apenas 6,8%, em torno de 1/3 do crescimento do PIB do país. Nova Friburgo e Petrópolis, por exemplo, apresentaram, nesse período de três anos uma queda de 0,5% e um crescimento de apenas 3,5%, respectivamente.

Acreditamos que a divulgação dos PIBs municipais pela nova metodologia permite uma melhor aproximação com a realidade fluminense e, conseqüentemente, uma ampliação da reflexão sobre a trajetória e alternativas, em uma região historicamente tão rarefeita de reflexão local. Ao analisarmos as possibilidades no horizonte, para o estado como um todo, podemos ter otimismo com relação à possibilidade de inversão da tendência ocorrida nas últimas décadas.

Isto tendo em vista o importante pacote de investimentos privados e públicos previstos para o estado do Rio de Janeiro, como o Pólo Petroquímico em Itaboraí/São Gonçalo; o Arco Metropolitano, que pode vir a permitir a consolidação do Porto de Itaguaí, como um porto concentrador (*hubport*) latino-americano; os investimen-



tos siderúrgicos; e o projeto metalúrgico-portuário da MMX, nas regiões Norte e Noroeste do estado. Além disso, temos a novidade de empresários como Nizan

Guanaes e Eike Baptista, demonstrando interesse em realizar investimentos nas áreas vinculadas a entretenimento, cultura e turismo, que apresentam um forte potencial na cidade e no estado.

A inversão de tendência, no entanto, dependerá necessariamente, de uma série de ações regionais, como a despoluição da Baía de Guanabara, que vinha se arrasando desde o governo Moreira Franco, quando se inaugura o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, com uma equipe atuando no Palácio Guanabara exclusivamente para isso.

Passará também pelo enfrentamento da questão policial e da violência e criminalidade, tendo em vista fatos como o recentemente divulgado no último Mapa da Violência para 2006, que aponta que, entre os 20 municípios no país em que mais ocorreram mortes por arma de fogo por 100 mil habitantes, destacam-se o estado fluminense com cinco municípios (Macaé, Itaguaí, Cabo Frio, Duque de Caxias e Itaboraí), Pernambuco e Espírito Santo, com três municípios cada.

Nesta questão, é importante a implantação de novas políticas na área policial, que permitam uma atuação com inteligência e ações cotidianas que venham a beneficiar efetivamente o cidadão. É também fundamental a análise da forma como a lógica de clientela, vigente no estado nas últimas décadas, degradou a máquina pública fluminense.

Nesse sentido, é positiva a pos-

tura do novo Governo do Estado de implantar uma lógica de nomeações, tanto na esfera policial quanto na fazendária, estritamente por critérios definidos a partir das políticas públicas estabelecidas para as duas áreas.

Plano diretor para o interior

No que se refere ainda à questão de fomento ao desenvolvimento, é extremamente importante que, a partir dos megaprojetos de investimento existentes no estado, seja desenhada uma estratégia com clara definição de prioridades, permitindo uma ação concatenada das esferas pública e privada e uma real apropriação dos benefícios pela população fluminense, com ampliação do emprego e geração de investimentos em infra-estrutura.

Isto é importante, por exemplo, para que na região de Itaboraí/São Gonçalo seja possível, a partir da implantação do Pólo Petroquímico, não só atrair a terceira geração do setor, mais intensiva na geração de emprego, como também a ocorrência de investimentos em infra-estrutura, que preserve o meio ambiente e permita ao mesmo tempo a melhoria dos indicadores sociais de infra-estrutura da região – que atualmente despontam entre os mais precários, entre os de todas as 29 regiões metropolitanas brasileiras, de acordo com dados existentes em tese de doutorado de Sol Garson, defendida em setembro de 2007, no IPPUR/UFRJ².

No que se refere ao interior fluminense, é importante, a partir do mega-investimento previsto pela MMX nas regiões Norte e Noroeste, que seja definido e organizado um Plano Diretor público/privado, que possa, com o impacto que ocorrerá, gerar efetivamente o início de um processo de reversão

dos precários indicadores econômicos e sociais ali existentes.

Ainda nessa região, a definição de estratégias e políticas pode se beneficiar da ampliação da estrutura universitária que nela se implanta a partir dos anos 90, através, por exemplo, do surgimento da Universidade do Norte Fluminense e do Programa de Mestrado e Desenvolvimento Regional da Cândido Mendes de Campos.

No que diz respeito ainda ao interior fluminense, é fundamental discutirmos a criação de consórcios municipais e a forma como os recursos dos *royalties* – que devem se amplificados a partir da utilização da Bacia de Tupi – devem ser utilizados em estratégias regionais e municipais.

Isto fica claro, por exemplo,

quando vemos diversos indicadores e nos defrontamos com fatos tais como o município de Campos dos Goytacazes, que se beneficia fortemente dos *royalties*, ter tido um péssimo desempenho na geração de novos postos de trabalho no ano de 2007, com a queda de 2.590 postos de trabalho com carteira assinada, sendo o recorde em saldo negativo e um dos quatro únicos municípios, entre os 92 fluminenses, que apresentam queda na geração de trabalho. Isto em um ano em que o ERJ, apesar de ter tido um desempenho um pouco abaixo da média nacional, teve recordes na geração de novos empregos.

Ou ainda quando verificamos que, organizando um ranking a partir dos últimos dados divul-

gados pelo Ministério da Educação, relativos ao desempenho dos municípios fluminenses na educação fundamental, Campos fica na lanterna.

Alguns fatos que podem vir também a ser utilizados na definição e refinamento de uma estratégia é a recente aprovação pela Alerj, a partir de iniciativa dos deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) e Rodrigo Neves (PT), da necessidade do Governo do Estado organizar um Plano Diretor Metropolitano.

Quando comparamos os dados relativos aos indicadores econômico-sociais dos municípios das regiões metropolitanas do RJ, BH e SP, vemos a particular precarização da RMRJ e a necessidade de organização de uma governança em nossa metrópole.

Nos dados, por exemplo, novamente, de educação fundamental, organizando um ranking dos municípios com 50 mil habitantes ou mais dessas três regiões metropolitanas, vemos, pelo último resultado do INEP/MEC³, que os 12 piores resultados são todos de municípios da periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Ou ainda, quando analisamos a dependência desses municípios da renda advinda do setor público para geração de seu PIB municipal, verificamos que, dos 11 mais dependentes, ou seja, dos 11 com menos dinamismo privado, nove são novamente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (IBGE/2005).

Por último, entendemos que, em uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social, o recente início de organização pelo Governo do Estado de um planejamento estratégico possa servir como elemento de reversão da trajetória do estado nas últimas décadas. Pode ainda servir como elemento de fomento e reversão, a política que vem sendo implantada pelo governo, de ampliação dos recursos da agência de fomento estadual – que sai de um capital, que serve de base para empréstimos ao setor produtivo, de R\$ 4,6 milhões, em 2006, para R\$ 40 milhões, no atual governo, com previsão de atingir a curto prazo um valor de em torno de R\$ 200 milhões. Isto diminui uma desvantagem competitiva do Rio de Janeiro em relação a Minas Gerais, que possui um banco de fomento – BDMG – com um capital em torno de R\$ 800 milhões, e em relação a São Paulo, por estar o governo José Serra criando uma agência de fomento com previsão de capital em torno de R\$ 1 bilhão.

Ou seja, no atual momento, o Estado do Rio de Janeiro vive particular oportunidade de reversão da trajetória existente desde os anos 60/70. Desde que, em nosso entendimento, venhamos a enfrentar a questão da reestruturação da máquina pública na região e a definição de uma clara estratégia de fomento ao desenvolvimento regional.

* Economista, Professor da UFRJ e autor do livro "Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense". Editora Senac.
Correio: mauroosorio@uol.com.br

1 O IBGE, em sua classificação mais geral, analisa a evolução do total da indústria, da indústria extrativa e da indústria de transformação. Caso analisemos a evolução para o total da indústria, o resultado do ERJ em relação ao país ainda é pior, devido a paralisações, em 2007, da produção de Campos. No total da indústria, o Brasil cresceu os mesmos 6%, o ERJ 2,1%, SP 6,2% e MG 8,6%.

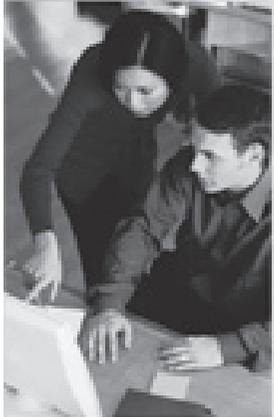
2 Tese intitulada *Regiões metropolitanas: obstáculos institucionais à cooperação em políticas urbanas*.

3 Resultados com base em dados de 2005 divulgados no ano de 2007.

MBA FGV

Em Duque de Caxias e Nova Iguaçu
O INVESTIMENTO DA SUA VIDA

A Fundação Getúlio Vargas traz para Duque de Caxias e Nova Iguaçu seus programas de MBAs Pós Graduação.



MBA FGV

Gestão Empresarial	Nova Iguaçu/Caxias
Gestão de Projetos	Caxias
Marketing com ênfase em Gestão de Vendas	Caxias
Logística Empresarial	Caxias
Gestão Financeira, Controladora e Auditoria	Caxias
Gestão de Pessoas	Caxias
Gestão Ambiental	Caxias

CURSOS CADERNOS FGV

Análise e Interpretação das Demonstrações Financeiras	Caxias
Avaliação de Desempenho por Competências	Caxias
Gestão de Transportes e Distribuição de Materiais	Caxias
Técnicas de Persuasão para Liderança e Vendas	Caxias
Gestão de Investimentos em Ações	Caxias
Técnicas de Compras	Caxias

Condições especiais de pagamento para Economistas

Rua Conde de Porto Alegre, nº477
7º Andar - Duque de Caxias - RJ
Telefone: (21) 2673-3788
www.fgvmelhor.com.br
fgv@fgvmelhor.com.br




Todo ano, em janeiro, celebra-se na localidade suíça de Davos o Fórum Econômico Mundial. Seus participantes são, normalmente, políticos famosos, desde presidentes a ministros, dirigentes das grandes corporações e alguns acadêmicos. É um espaço de celebração e reprodução da globalização atual, o que lhe tem provocado fortes críticas cidadãs. Não podemos esquecer que o Fórum Social Mundial iniciou-se como contraponto a Davos, para demonstrar que um outro mundo é possível.



Davos: a Bono banalização da globalização

■ Eduardo Gudynas*

Como respostas às críticas, os organizadores do Fórum de Davos fizeram algumas mudanças: permitiram-se não usar gravatas, ampliaram os temas abordados, discutindo questões como Aids ou 'sexo e casamento' e organizaram oficinas com grupos menores. O apogeu dessas mudanças ocorreu em 2005, quando o foro da elite empresarial e política foi tomado de assalto pelas estrelas da música popular como Bono Vox e Lionel Ritchie, artistas como Angelina Jolie, Richard Gere e Sharon Stone. Desta forma, o Fórum Econômico Mundial caiu na banalização de apelar para fórmulas mágicas e midiáticas para dar cabo com a pobreza no Sul.

Muitos devem lembrar-se de quando Sharon Stone teve uma 'repentina revelação' em Davos, ao defender que a África necessitava de ajuda imediata. De pé, em uma das sessões do Fórum, se pôs a coletar imediatamente um milhão de dólares entre os empresários que a rodeavam. Obviamente, todos apoiaram seu pedido e prometeram abrir seus caixas, porém, poucos o fizeram, deixando evidentes suas verdadeiras essências. Levou quase um ano para cumprir aquela promessa, mas Stone não retornou a Davos e esse milhão de dólares não resolveu os problemas da África.

Em compensação, o cantor do U2, Bono Vox, participa regular-

mente de Davos para apresentar receitas distintas de solução para os dramas globais. Sua base intelectual são as idéias do economista Jeffrey Sachs, o qual afirma que a solução passa, essencialmente, pelo aumento massivo da ajuda externa para os países em desenvolvimento. Sachs publicou, em 2005, seu livro "O fim da pobreza – como consegui-lo em nosso tempo", cujo prólogo é escrito pelo próprio Bono¹.

Sachs, é bom não esquecer, teve um papel célebre como assessor econômico na Bolívia e em países do Leste Europeu, incluindo a Rússia, aplicando terapias de "choque" que terminaram em profundas crises econômicas. Suas receitas para acabar com a pobreza foram publicadas quase que ao mesmo tempo de Davos, em 2005, quando Bono lançou sua campanha focada na África, junto a Tony Blair e Bill Gates, todos festejando as idéias de Sachs.

As propostas de Sachs têm por base uma visão reducionista da pobreza e muito dependente do ingresso monetário, fortemente condicionada pela geografia e carente de uma visão histórica que explique a dinâmica pela qual uns países se tornaram ricos à custa da pobreza de outras nações. Portanto, a receita de Sachs é manter as relações globais atuais, porém, aumentando a ajuda externa. Não questiona a essência da globalização, não pretende reformar o comércio global nem os fluxos de



capital e sequer aponta para outros tipos de desenvolvimento.

São propostas, portanto, muito simplistas, mas que se tornam difíceis de serem criticadas pela presença de Bono e de outros atores, as quais revestem essas posturas mercantis de um glamour contestatório e *cool*. Isto porque, sem dúvida, Bono é simpático e ninguém quer questionar um roqueiro simpático. Porém, a “política de Bono” não é suficiente. São receitas simples que não atacam as raízes dos problemas que produzem a pobreza, ainda que aliviem as consciências de alguns de seus responsáveis. É uma estratégia que resulta muito cômoda aos empresários que se reúnem em Davos. Cumpre com muitos de seus propósitos, tais como dar um rosto humano ao Fórum e ocupar a imprensa em seguir as estrelas do rock em vez de questionar os grandes executivos – os CEOs – das grandes corporações. É uma postura baseada no espetáculo. Não por acaso, as propostas de Bono terem sido tema central em uma edição da revista *Vanity Fair*.

Bono banalização

Esse tipo de postura brinda também um canal para as doações corporativas, com a qual se justifica uma estratégia de ação contra a pobreza baseada na caridade. Pouco se discute sobre as relações de produção e de equidade, restrin-

gindo-se o debate ao montante da doação. A ênfase não está em como reverter os processos que originam as desigualdades globais, mas na responsabilidade de quem será o empresário que realizará a maior doação. As posturas da dupla Sachs e Bono se tornam funcionais à globalização atual, sem colocar em risco sua estrutura e dinâmica. Vale lembrar, como exemplo, a insistência de Bono, no Fórum de Davos de 2002, em prol de um programa contra a fome, que obteve muitas declarações de apoio. Contudo, nada daquilo se concretizou na conferência internacional para o financiamento ao desenvolvimento, ocorrido poucos meses depois em Monterrey, no México. Passados vários anos desse tipo de campanha, shows como “Live8” e diversos empreendimentos midiáticos produziram resultados bem modestos, enquanto problemas básicos, como o desigual comércio mundial de algodão se mantém imutável.

No campo acadêmico, apesar de algumas críticas sérias a posturas tipo Sachs-Bono (tanto à direita quanto à esquerda), elas ainda são muito poucas². Pois, também entre os acadêmicos observa-se o feitiço da banalização. Por exemplo, o destacado economista Kenneth Rogoff, professor da Universidade de Harvard, celebra nas páginas da revista *Times* que Bono chegou ao Fórum de Davos, em 2006, com uma “idéia exce-

lente”: um cartão de crédito América Express vermelho, “donde 1% das compras devia ir para um Fundo Global de combate a Aids, tuberculose e malária”³. E Rogoff acrescenta: “alguém me mostrou um exemplar do cartão e era brilhante (*cool*)”. Para em seguida destacar que “as festas e jantares em Davos foram notavelmente mais ágeis e relaxadas”, donde a consultora McKinsey pôde contar com “a melhor música, como quase sempre ocorre, e me disseram que as pessoas dançaram até às três da madrugada”, enquanto no coquetel da Google “se serviu vinho e champanhe”.

Este é o resultado da “Bono banalização” das temáticas globais: assumir que a pobreza se resolverá com o uso de um cartão de crédito, enquanto se desfruta de uma festa em Davos. Como evidentemente essas soluções não são efetivas, a presença de atores e músicos parece mais envolvida em um plano para responder às críticas e reações da cidadania – um “Plano B”, tal como adverte George Caffentzis, que permite silenciar os protestos populares a fim de manter a coluna vertebral da economia global⁴. Se mistura Bono com Bill Gares, Ângela Merkel e Lula da Silva, e assim se veste a globalização com novas roupagens.

O verdadeiro papel de Davos está em promover os mercados globais e liberalizar o comércio internacional. Suas raízes ficaram evidentes neste ano, já que se retomaram os temas clássicos e se enfatizaram o “poder da inovação colaborativa” em cinco pilares: empresarial, economia e finanças, geopolítica, ciência e tecnologia e valores e sociedade. Para precisar ainda mais essa perspectiva é conveniente perceber que os coordenadores do Fórum 2008 foram o ex-premier britânico Tony Blair, os presidentes da Pepsico, Chevron, dos bancos J.P.Morgan e ICICI da Índia, o presidente da China Mobile Communications e Henry Kissinger.

O Fórum de Davos não incide sobre a raiz dos problemas globais. Pelo contrário, reproduz as condições que geram a desigualdade e a pobreza. Dizer que a fome é um problema e, ademais, um drama em escala global não é suficiente. E buscar resolver isto com um cartão de crédito é ridículo. É necessário dar os passos para soluções concretas, muitas das quais serão dolorosas para os países industrializados. Neste esforço, não há nada para festejar e há muito para mudar.

* Pesquisador do D3E (Desenvolvimento, Economia, Ecologia e Equidade – América Latina), de Montevideu, Uruguai. Uma versão resumida deste artigo foi publicada pela ALAI – Agência Latinoamericana de Informação. Esta versão foi traduzida pelo editor do *JE*, NS Gomes, a partir da versão integral do artigo que se encontra disponível, no original, em www.globalizacion.org.

Referências:

1. Sachs, J. 2006. O fim da pobreza. Como consegui-lo em nosso tempo. Prólogo de Bono Vox. Debate, Buenos Aires.
2. Dois exemplos desses questionamentos são: Bhagwati, J. 2006. *A noble effort to end poverty, Bono, but it is misdirected*. *Financial Times*, Londres, fevereiro 28, pág. 17. Broad, R. y J. Cavanagh. 2006. *The hijacking of the development debate. How Friedman and Sachs got it wrong*. *World Policy Journal* 23(2): 21-30.
3. Rogoff, K. 2006. *Davos debrief: India, Bono and bird flu*. *Times Online* Fevereiro 01, 2006.
4. Caffentzis, G. 2005. *Dr Sachs, Live8 and Neoliberalism's "Plan B"*, pp 51-60, In: *"Shut down: the G8, Gleneagles 2005 and the movement of movements"* (D. Harvey y colab., comps). Autonomedia y Dissent, New York.

“O crédito cresceu sem qualquer controle”

Em entrevista ao *JE*, o presidente reeleito do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), João Paulo de Almeida Magalhães, disse que a crise já chegou nos Estados Unidos, cuja economia poderá ter crescimento negativo, neste ano. Para ele, a situação do Brasil e de outros emergentes dependerá bastante dos efeitos da crise sobre as exportações. A avaliação do presidente do Corecon fluminense é a de que a economia brasileira cresceu, em 2007, mas permanece marcada por um processo de desindustrialização, face à valorização cambial que tende a tornar o país um exportador de commodities. Daí a liderança da agropecuária na alta do PIB do ano passado. Além disso, o professor João Paulo aponta para dois outros alvos produtores de instabilidade: os elevados juros e o aumento sem controle do crédito, criando uma “bolha” que, segundo ele, pode explodir a qualquer momento. A seguir a íntegra da entrevista.

Jornal dos Economistas – O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o crescimento de 2007, de 5,4%, poderá ser repetido neste ano, diferentemente do que avaliam os analistas do mercado financeiro. Qual a sua opinião – este é um crescimento sustentável e possível de se repetir?

João Paulo – As previsões mais confiáveis aceitam que, nos próximos três anos, período de duração do Programa de Aceleração do Crescimento (e na ausência de

impacto de uma crise externa) o país poderá manter crescimento próximo de 5% ao ano. A diferença está em que o Governo considera essa taxa o mínimo que será conseguido, enquanto a maioria das previsões aponta como máximo possível, mantida a atual política econômica. Mais importante que isso é o fato de o Governo considerar excelente a taxa de 5%, ignorando o fato de que as demais economias dos países emergentes, usufruindo de condições econômicas bem menos favoráveis do que o Brasil, registram crescimento de 7% a 9% ao ano.

JE – De acordo com os resultados das Contas Nacionais, a economia foi puxada, em 2007, pelo consumo das famílias e pelos investimentos. Contudo, a agropecuária manteve-se na liderança com maior percentual de crescimento (5,3%) do que a indústria (4,9%) e os serviços (4,7%). Que conclusões são possíveis de extrair desses dados, em sua opinião?

João Paulo – Há dois aspectos a considerar. O primeiro deles é que o rápido crescimento no consumo das famílias resultou de política de crédito excessivamente fácil. No ano passado, enquanto o produto por habitante cresceu pouco mais de 3%, o consumo das famílias aumentou de 6%, atingindo mesmo, nos últimos três meses do ano, taxa de 8,3%. Houve dessa forma elevação artificial de consumo, configurando uma “bolha” destinada, cedo ou tarde, a explodir. Apenas agora, com grande atraso, se procura controlar os excessos no aumento de crédito. Quanto ao



elevado crescimento da agropecuária relativamente à indústria, trata-se de uma das consequências negativas da sobrevalorização do real, que ameaça especializar o país em produtor e exportador de *commodities*. O que implica em desindustrialização qualitativa do Brasil, no sentido de redução do peso relativo dos setores manufatureiros de tecnologia mais elevada e maior valor adicionado por trabalhador. As exportações desse setor registram queda relativa, enquanto as importações crescem aceleradamente, configurando o que se tornou conhecido como “doença holandesa”



JE – Na contramão da Fazenda, o Banco Central cogitou de aumentar a taxa básica de juros para conter a inflação. Há riscos de volta da inflação, no país? Em caso positivo, quais devem ser, em seu ponto de vista, os instrumentos de combate à inflação?

João Paulo – O grande erro do Banco Central está em ignorar o fato de que, em país subdesenvolvido, a inflação resulta de disputa em torno do Produto Interno Bruto (PIB) pelos agentes econômicos (governo, empresas e trabalhadores), cujas reivindicações somadas ultrapassam o montante do PIB. Aceita essa interpretação, na qual inclusive o Plano Real se baseou, o agente responsável pelas atuais pressões inflacionárias é aquele que reivindica participação excessiva no PIB. **O Governo tentou colocar a culpa na Previdência Social. Qualquer análise isenta mostra, todavia, que a responsabilidade é dos altos juros pagos pelo Governo aos detentores de títulos da dívida pública. A despesa com esses juros chegou de 6% a 7% do PIB, achando-se hoje em torno de 5%.**

Ou seja, estamos diante da curiosa situação em que o instrumento usado para estabilização de preços, segundo análise levando em conta as características específicas da inflação em economias subdesenvolvidas, é a causa principal das pressões inflacionárias remanescentes. Essa tese foi defendida no último capítulo do documento “Pensamento Único”, publicado pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), do Corecon-RJ. A rigor, portanto, se existe risco de aceleração do processo inflacionário no Brasil a solução consiste não em elevar juros, mas em adotar política de rendimentos que limite as reivindicações dos agentes econômicos às dimensões do PIB. Tal como foi feito no Plano Real.

JE – Desde o último trimestre do ano passado fala-se que a crise hipotecária dos EUA, com a inadimplência no crédito imobiliário, deflagrará uma crise mundial e sistêmica, afetando todas as demais economias. Só que até agora isto não aconteceu. É uma questão de tempo ou esta crise não teria toda esta dimensão e potencialidade?

João Paulo – A crise de fato já che-

gou, conforme é comprovado pelo fato de as previsões para o crescimento do PIB americano, no presente ano, serem de apenas 1,8%, sendo que a tendência é piorar ainda mais essa previsão. Diante da intervenção dos bancos centrais dos países desenvolvidos a crise não deverá, porém, ter grande profundidade, mas corre o risco de ser duradoura. Os bancos em dificuldade estão recebendo empréstimos, que deverão reembolsar, para que a situação se normalize, o que poderá durar muito tempo. Aspecto importante, porque poderá minorar a profundidade da crise, é que as economias emergentes têm hoje grandes reservas cambiais, utilizáveis para minorar as consequências sobre elas da retração que atinge até agora, fundamentalmente, os países desenvolvidos.

JE – Qual sua opinião sobre a “ajuda” que o Federal Reserve vem prestando às instituições financeiras norte-americanas? Esta “ajuda” não vai na contramão do que recomendam os ideólogos do liberalismo?

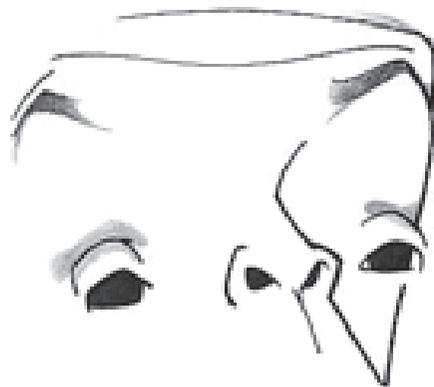
João Paulo – A ajuda concedida pelo FED aos bancos em dificuldades é justificável, constituindo

ação normal de bancos centrais. O objetivo é evitar que a falência em série de grandes bancos contagie o restante de economia, com desemprego em grande escala e falências em cadeia nos diferentes setores da economia. A objeção que pode ser feita é de ordem ética. Embora necessária, a ação dos bancos centrais coloca a questão de que está se criando na economia uma situação em que ocorre uma privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos. Em épocas normais, os bancos auferem lucros substanciais. Quando ocorre uma crise, como no caso presente, resultado de erros de gestão dessas entidades, o governo intervém evitando sua falência e, portanto, preservando os acionistas de grandes perdas. E isso é feito através do uso de recursos públicos para empréstimos a taxas de juros artificialmente baixas (ou até negativas, como ocorre presentemente nos Estados Unidos) e toda uma série de outras medidas onerosas para o Governo. Para contornar o problema, uma solução que chegou a ser anunciada na Inglaterra consistiria em não fazer empréstimos, mas assumir o controle dos bancos injetando neles, sob a forma de aumento do capital, os recursos necessários para evitar a falência. As ações existentes seriam adquiridas pelo Governo, a baixíssimos preços, normais em uma instituição em crise. Os acionistas sofreriam as perdas resultantes da má gestão do banco. Reconstituída a situação, o banco seria vendido à iniciativa privada, auferindo o Governo – e não os antigos acionistas – os lucros da recuperação conseguida.

JE – Qual sua opinião sobre o papel das economias chamadas de “emergentes”, como as da China, Índia, Rússia e Brasil (grupo dos Brics),

neste início de século – elas teriam, realmente, capacidade de frenagem aos efeitos, na economia mundial, de uma crise na maior economia do mundo, a dos EUA?

João Paulo – O que se afirma sobre os Brics é que nas próximas duas décadas eles alcançarão um PIB igual ou superior (caso da China) ao dos atuais desenvolvidos. Essa é uma previsão razoável e bem fundamentada. A única dúvida se refere ao Brasil, caso continue a registrar as baixas taxas de crescimento decorrentes da política econômica errada, de inspiração neoliberal. A pergunta feita é, todavia, se no curto prazo os Brics seriam capazes de, através de suas altas



taxas de crescimento, compensar, mediante suas importações, as perdas decorrentes da recessão americana. Considero isso muito pouco provável, embora os Brics possam contribuir para minorar a crise, na medida em que não sejam graves, sobre eles, os efeitos da recessão americana. Não se deve, to-

davia, ser muito otimista, considerando o grande peso do mercado americano nas exportações desses países. A inevitável queda das importações dos Estados Unidos não poderá deixar de ter impacto negativo sobre os Brics.

JE – O Brasil, por exemplo, estaria ou não, hoje, mais “descolado” desses efeitos, isto é, menos vulnerável às instabilidades externas do que no passado recente?

João Paulo – Em relação ao “descolamento” do Brasil, o único fato significativo se acha em que, contrariamente ao sucedido nas crises anteriores, contamos hoje com elevadas reservas cambiais (perto

de US\$ 200 bilhões), que permitem minorar o impacto de problemas de origem externa. Como, por exemplo, a fuga dos capitais especulativos que entram no país e a redução das exportações. Alegam os círculos oficiais que o impacto da crise sobre o Brasil será pequeno porque seu crescimento recente se baseou, fundamentalmente, no mercado interno. Na verdade, porém, esse crescimento foi, em boa parte, conseguido pelo aumento de crédito fora de controle, situação que não poderia perdurar por muito tempo. Fato, aliás, compreendido pelo governo que já anuncia medidas de contenção do crédito.

CORECON-RJ - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/06	JAN A DEZ/07	REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/06	JAN A DEZ/07
ATIVO FINANCEIRO	1.029.797,12	1.627.632,96	PASSIVO FINANCEIRO	2.009,25	4.588,72
DISPONÍVEL	71.167,05	75.045,82	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	920.587,63	1.514.166,68	CONSIGNAÇÕES	143,34	127,24
REALIZÁVEL	7.826,38	8.204,40	CREDORES DA ENTIDADE	1.014,95	1.014,95
RESULTADO PENDENTE	30.216,06	30.216,06	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	850,96	3.446,53
ATIVO PERMANENTE	7.189.758,01	7.278.169,50	RESULTADO PENDENTE	400,00	400,00
BENS PATRIMONIAIS	1.254.664,99	1.380.149,60	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	400,00	400,00
VALORES	1.117,64	1.117,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	8.217.145,88	8.900.813,74
CRÉDITOS	5.933.975,38	5.896.902,26			
TOTAL GERAL	8.219.555,13	8.905.802,46	TOTAL GERAL	8.219.555,13	8.905.802,46

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A DEZ/06	JAN A DEZ/07		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2.535.365,19	3.105.250,35	ANUIDADES	569.885,16	22,5
PATRIMONIAL	102.170,01	133.953,52	PATRIMONIAL	31.783,51	31,1
SERVIÇOS	67.548,07	64.360,63	SERVIÇOS	(3.187,44)	-4,7
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	837.265,53	626.566,77	DÍVIDA ATIVA	(210.698,76)	-25,2
DIVERSAS	316.600,53	299.845,78	DIVERSAS	(16.754,75)	-5,3
TOTAL GERAL	3.858.949,33	4.229.977,05	TOTAL GERAL	371.027,72	9,6
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	2.414.517,35	2.693.614,18	DE CUSTEIO	279.096,83	11,6
PESSOAL	1.087.393,50	1.247.804,70	PESSOAL	160.411,20	14,8
MATERIAL DE CONSUMO	47.879,19	48.688,34	MATERIAL DE CONSUMO	809,15	1,7
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.279.244,66	1.397.121,14	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	117.876,48	9,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	736.474,65	791.331,62	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.856,97	7,4
DESPESAS DE CAPITAL	119.535,44	149.774,88	DESPESAS DE CAPITAL	30.239,44	25,3
TOTAL GERAL	3.270.527,44	3.634.720,68	TOTAL GERAL	364.193,24	11,1
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	588.421,89	595.256,37	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	6.834,48	1,2

Diversas análises de causa e efeito já foram explicitadas: desde a concentração e má distribuição de renda até o baixo grau de investimentos do país em P&D, que seriam necessários à sustentabilidade do projeto no longo prazo.

■ Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

O objetivo deste artigo é apresentar a análise crítica inicial de um projeto que tem sido apresentado como nova janela de oportunidades, para um desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo para o país: a bioenergia.

A princípio, a análise remete para a tomada de decisão em dois caminhos: o etanol e o biodiesel. O etanol historicamente representando a oligarquia dos usineiros, notáveis pelos seus calotes no pagamento de dívidas, e ainda a monocultura em um embate concorrencial com a produção de alimentos, logo ganhou status de *commodity* internacional, onde já se conjectura de ganhos no mercado financeiro pelos capitais especulativos, é a representante dos ricos.

O biodiesel é a opção dos pobres, da agricultura familiar, representa a socialização da energia, assim como acontece hoje com as comunicações no mundo globalizado. Ambas têm inimigos ferozes: o primo rico do Norte, Bush com sua guerra do petróleo, empenhado em desacreditar o programa brasileiro, aumentou os subsídios para o milho, matéria prima que ele elegeu para sua produção doméstica; e o primo pobre do Sul, Chaves, com sua política populista e ditatorial, também amparada no “ouro negro”, que levantou a bandeira da concorrência do biodiesel brasilei-

O vôo da galinha do programa de bioenergia

ro com a produção de alimentos.

E o Brasil, como vem se posicionando neste cenário? Mais uma vez ficou em cima do muro (alguém se lembra que a galinha sempre sobe em cima do muro antes de tentar alçar vôo?). O governo brasileiro lançou as bases do Programa Nacional de Produção de Biodiesel, com suas virtudes e seus vícios. Vejamos alguns:

1 – monopólio da BR na distribuição – por esse mecanismo, o agricultor investe, planta, colhe, esmaga e produz o biodiesel, mas não pode utilizá-lo diretamente em sua fazenda ou em seu pedaço de terra. Ele tem que vender à BR e se quiser utilizá-lo em suas máquinas e equipamentos, tem de comprar novamente da mesma distribuidora.

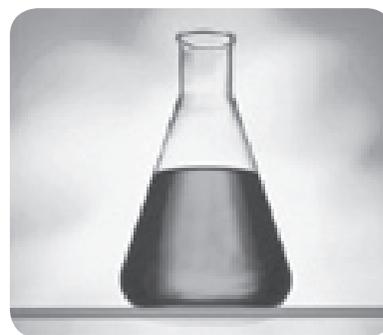
2 – ausência de matéria prima – o programa é atrelado à soja, produto com preços de mercado no setor alimentício, que não permitem a viabilidade econômica da produção de biocombustível. Para que o biodiesel chegue ao mercado ao preço atual de R\$ 1,83 (preço do diesel fóssil), seria necessário um preço máximo para compra de R\$ 0,95, já contabilizados frete, impostos (com selo social), custo de produção e lucro zero.

3 – Agricultura Familiar – o governo criou o selo social (obrigatoriedade de compra de um percentual entre 10% a 30% de matéria prima da agricultura familiar), sem o qual não há redução de impostos para as empresas. Mas se esqueceu de “combinar” antes com as Federações de Agricultores, órgãos de assistência técnica rural, bancos, municípios, etc., as regras do jogo.

E quais são estas regras? Organização dos agricultores em coopera-

tivas, sem as quais não há estrutura para produção em escala e comercialização, assistência técnica rural, sementes e insumos, máquinas para plantio e colheita, silos para armazenamento, secadoras de grãos e esmagadoras. Simplesmente jogou toda a responsabilidade para as empresas para a obtenção do selo social.

Quais são as notícias do início desta política desastrosa? Usinas de biodiesel operando com 30% de sua capacidade, empresas sendo descredenciadas junto à ANP e ao MDA, por não poderem cumprir os com-



promissos assumidos nos leilões para a entrega de matéria prima, agricultores plantando mamona na Bahia e tendo que aceitar o preço (diferente do contratual) oferecido pela empresa, e totalmente desamparados pelo governo, avanço nas áreas de cultivo da cana de açúcar em todo país, em detrimento de outros cultivos mais importantes (alimentícios) e sem nenhuma garantia de lucro, aumento das áreas de plantio de soja na Amazônia e conseqüente aumento das áreas desmatadas.

O fato se agrava quando recente pesquisa da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) sobre o perfil da dívida das cooperativas agropecuárias, responsáveis por 40% do PIB do agronegócio, mostra que 60% dos inscritos ou em processo de inscrição, em 2008, na Dívida

Pública da União são de agricultores do Programa Nacional de Agricultura Familiar, valores que oscilam entre R\$ 10 mil a R\$ 50 mil.

A OCB organizou um documento para um anteprojeto de lei a ser apresentado através da Frente Parlamentar do Cooperativismo, em Brasília, com medidas para sanear a agricultura brasileira, entre as quais: o perdão desta dívida do Pronaf, o refinanciamento das dívidas superiores a R\$ 50mil, em prazos mais longos e com taxas menores, redução da carga tributária sobre a importação de insumos e fertilizantes, redução dos impostos sobre a compra de máquinas e equipamentos para o setor, fim do monopólio da BR na compra e distribuição do biodiesel, permitindo ao agricultor utilizar diretamente o combustível em sua fazenda.

Basta dizer que, diante da pressão da Confederação Nacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento argumentou não dispor de estudos suficientes sobre a estrutura da dívida do setor para embasamento destas questões, remetendo ao MF que argumentou não dispor de estudos sobre o impacto destas medidas sobre o caixa do Tesouro. A União, questionada sobre os estudos necessários ao embasamento, argumentou que os dados são confidenciais.

Algo que faz lembrar as falas dos ex-ministros da Agricultura Alison Paulinelli e Roberto Rodrigues, em suas palestras: “A riqueza do agronegócio brasileiro não atravessa a porteira do agricultor, ela se perde nos insondáveis caminhos do governo”.

* Técnico de mercados da OCB/RJ

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Descaso com políticas públicas de gênero

Sabe-se que as políticas públicas não são neutras em relação a gênero; como também não o são os seus orçamentos – instrumentos legais da administração pública que refletem prioridades sociais e econômicas. Mesmo que haja uma aparente neutralidade na tecnicidade dos conceitos, instrumentos e métodos em torno do orçamento público, ele é permeado de representações e estereótipos sociais. Não reconhecer as relações entre gêneros e a particularidade das condições culturais – especialmente as sociais e econômicas, implica descuidar dos impactos diferenciados sobre homens e mulheres ou brancos e negros. Esta temática não se relaciona apenas com a questão da eficiência e eficácia das políticas, também responde pela agenda de equidade, cuja legitimidade pode ser observada nos compromissos assumidos no âmbito internacional dos Direitos Humanos, em particular das mulheres¹, sendo inclusive relevante no debate e reformas implementadas em torno da chamada “boa governança”.

O Brasil, apesar de avanços pontuais, ainda está longe de oferecer políticas não-sexistas. E quando governos instauram setores institucionalizados para tratar desta temática, terminam por identificá-las como órgãos que tratam apenas de “políticas de minorias”.

Neste cenário, fica a questão sobre como efetivamente minimizar o “déficit democrático” via implementação de políticas públicas que reconheçam e enfrentem o racismo, o preconceito, a falta de autonomia dos corpos das mulheres; a invisibilidade do trabalho das mulheres, brancas e negras, nos lares e nas comunidades; o desequilíbrio de gênero, raça e etnia nos postos de decisão sobre os recursos públicos etc.

Neste ensejo do mês das mulheres, o Fórum, em parceria com o Instituto Equit², analisa as políticas

de gênero que vêm sendo implementadas pelos municípios do Rio e Niterói e pelo governo estadual.

Município do Rio

Em 2001, o governo municipal – 18% do atual secretariado municipal constituído por mulheres – assumiu o compromisso político de “acatar as recomendações da Rede Mercocidades, tratados, convenções e acordos internacionais que promovem os direitos da mulher, marco referencial e filosófico para a eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdades contra as mulheres”³. Para tanto, criou o Projeto Rio Mulher⁴, que não tem *status* de Secretaria, mas se encontra vinculado ao Gabinete do Prefeito. Tal projeto detém a coordenação intersetorial do “Comitê Gênero e Município”, criado⁵ com o objetivo de ampliar a eficácia e efetividade das ações de tal projeto na articulação política de gênero na Prefeitura.

Não obstante a existência de um projeto com tal magnitude de atuação, é na execução orçamentária que se revela o grau de prioridade dado à política de gênero. Pode-se observar, no quadro a seguir, que seus escassos recursos sofrem severas discrepâncias entre o planejado pelo Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, em relação ao efetivamente gasto ao longo dos anos. Ressalte-se que, no ano dos Jogos Pan-Americanos, dos quase R\$ 800 mil previstos apenas R\$ 69 mil (9%) foram efetivamente gastos, como também que os recursos aprovados do Rio Mulher para 2008 correspondem a 0,01% (R\$ 843 milhões) do total do orçamento do município carioca (R\$ 10,9 bilhões).





Muito embora detenha um mecanismo institucionalizado de gênero, o município não tem aderido aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, fato que inviabiliza convênios com a União e com o Estado do Rio de Janeiro, assim como uma possível articulação das políticas entre estes entes federativos.

Vale também lembrar que o mesmo poder executivo convocou e co-promoveu a I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, em 2004, mas se recusou e atrasou o processo organizativo da II Conferência, em 2007, que terminou sendo convocada pelos movimentos feministas e de mulheres, contando com o apoio inédito nacionalmente do Poder Legislativo Municipal⁶.

Para ilustrar as demandas do movimento feminista e de mulheres da cidade do Rio de Janeiro, vale apresentar alguns trechos do Relatório desta II Conferência Municipal:

■ Garantia do atendimento nos

serviços públicos de saúde às mulheres, sem alarde e constrangimentos para os casos em que elas desejem interromper sua gravidez, quando esta for consequência de estupro ou represente risco de vida para ela (casos permitidos pelo Código Penal de 1.940);

■ Definir como critério da Prefeitura a equidade de gênero e a etnocracia em seus quadros de gestão, bem como em suas autarquias e empresas públicas;

■ Garantir a implementação da Lei Federal nº. 10.639 de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na rede educacional;

■ Oferecer formação específica aos médicos da rede municipal de saúde, qualificação no diagnóstico de doenças específicas das mulheres negras, tais como a anemia falciforme;

■ Implementar políticas públicas que garantam acolhida segura no período noturno aos/às filhos/as de alunos/as que frequentam a

modalidade de ensino noturno; e

■ Criar programas de habitação para mulheres em situação de violência, especialmente às que estão em abrigo ou saindo dos mesmos.

Desafortunadamente, nenhuma destas ações foi incorporada pelo Poder Executivo Municipal ao seu Projeto de Lei Orçamentária para o corrente ano. Não obstante, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) prontamente se articulou com outros setores e produziram emendas que foram apresentadas e aprovadas por vereadores sensíveis à questão de gênero na Câmara Municipal. No dia 25 de janeiro, todas essas emendas tiveram seus recursos cancelados e redirecionados à Cidade da Música, com exceção da que trata da ação “Criação de Programas na MultiRio, de acordo com a Lei Federal nº. 10.639/2003”⁷.

Mesmo aprovada como ação prioritária, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, e de ter sido demanda das duas conferências municipais supracitadas, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, com a finalidade “auxiliar o Poder Executivo na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e projetos da administração municipal, na questão de gênero, objetivando a plena igualdade política, econômica, social, cultural e jurídica”, até o presente momento não foi efetivada⁸.

Percebemos, então, uma política no mínimo contraditória em relação à superação da desigualdade em gênero. Mantém representação permanente em fóruns internacionais, mas não implementa as ações recomendadas. O principal programa de trabalho tem atuação abrangente, mas com baixa execução orçamentária.

Município de Niterói

Em 2003, foi criada a Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (Codim)¹¹, vinculada ao Gabinete do Prefeito e cujo *status* é de Secretaria. Sua gestão vem sendo marcada pelo apoio formal do Poder Executivo aos Planos de Políticas para as Mulheres, resultantes do processo nacional trienal de conferências municipais, que culminam nas estaduais e na nacional.

No entanto, Niterói somente implementou o Conselho Municipal da Mulher no primeiro trimestre do corrente¹².

Quanto ao equilíbrio na gestão maior do Poder Executivo, dos 18 secretários seis são mulheres, o que corresponde a 30%, sendo que vale destacar que não há nenhuma mulher na atual composição da Câmara Municipal de Niterói.

Desde 2004, há uma unidade de saúde exclusiva para gestantes (Maternidade Municipal Alzira Reis), que tem baixa complexidade, não tem UTI neonatal

1 Como exemplo, temos a *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women – CEDAW*, documento adotado em 1979 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1999, foi criado o Protocolo Facultativo à CEDAW, com o intuito de melhorar o monitoramento e refletindo a reivindicação do movimento de mulheres. Ele veio garantir às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos. No marco das conferências mundiais sobre mulheres, inauguradas em 1975, no México, e das conferências mundiais sobre temas globais, realizadas pelas Nações Unidas na década de 1990, a Assembleia-Geral da ONU determinou a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada, em Beijing/China, em 1995.

2 Mais informações sobre esta entidade feminista em www.equit.org.br

3 Documento de esclarecimento do Poder Executivo Municipal do RJ em relação ao requerimento de informações n. 1.232 e 1.233 de 2007 solicitado pela vereadora Andrea Gouveia, em atendimento de pedido da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB/RJ.

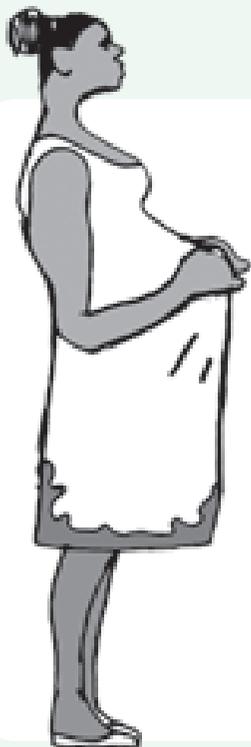
4 Decreto n. 19.438 de 01/01/2001.

5 Decreto n. 24.435 de 23/07/2004.

6 Denúncia do FPO e Equit em www.corecon-rj.org.br/pdf/je_abril_2007_internet.pdf

7 De autoria da vereadora Andrea Gouveia. Outros parlamentares que abordados, que apresentaram emendas das feministas e as apoiaram foram: Aspásia Camargo, Cristiane Brasil, Eliomar Coelho, Pedro Porfírio.

8 Ação que integrou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município do Rio, em 2003.



Ação relevante e obscura

Destacamos a existência de sete unidades de saúde especializadas⁹ para o atendimento de mães e da Casa Abrigo Haydée Pizarro que, desde 1997, atende mulheres e os seus filhos vítimas de violência.

Tem-se que o abrigo foi concebido por três técnicas da então Secretaria de Desenvolvimento Social. Em 2002, uma vez reconhecida nacionalmente por sua qualidade metodológica, passou a ser incorporada à coordenação do Rio Mulher. De 2002 a 2007, o Rio Mulher informa ter atendido 975 mulheres e 1.923 crianças, o que corresponderia a 7.116 atendimentos nas áreas social, psicológica, pedagógica e jurídica, somados a 4.576 encaminhamentos para múltiplas áreas¹⁰.

Infelizmente, não é possível fazer uma análise aprofundada da Casa Abrigo, com 11 anos de atuação, por não estar claro a qual unidade orçamentária ela está atrelada, como também não há identificação explícita dos gastos, metas e registro histórico das atividades da Casa. Temos informações contraditórias, fornecidas tanto pelo atual gestor da Secretaria de Assistência Social (SMAS) quanto pela própria Prefeitura.

e abriga apenas 22 leitos. No entanto, as munícipes podem dispor de mais 48 leitos no Hospital Estadual Azevedo Lima, que atende pacientes de média e alta complexidade, dispondo inclusive de um Grupo Técnico de acompanhamento para gestantes vítimas de violência, assim como dispõe de mais 16 leitos no Hospital Universitário Federal Antônio Pedro (UFF), que atende pacientes com alta complexidade.

O município não dispõe de casa abrigo para mulheres vítimas de violência, os casos notificados são encaminhados para a Casa da Cidadania Florestan Fernandes (SMAS), criada para atender população de rua. A Codim relata que em quatro anos houve cerca de 2.690 atendimentos, 80% dos quais configuram casos de mulheres que retornam para completar

ciclo de tratamento/atendimento da política implementada¹³.

Embora a Coordenação dos Direitos das Mulheres seja uma unidade orçamentária própria, a análise de sua execução orçamentária se mostra um tanto prejudicada pela falta de publicização de alguns instrumentos.

Como exemplo da debilidade da disponibilização dos documentos públicos, não é possível obter os dados de Prestação de Contas dos anos de 2005 e 2006¹⁴. O primeiro caso acontece porque quando a Secretaria da Fazenda publicou¹⁵ a Lei Orçamentária e a de Diretrizes Orçamentárias de 2008, apagou o histórico daquelas informações. No caso de 2006, o Poder Legislativo até o presente momento não apreciou esta matéria.

Mesmo assim, podemos identificar algumas ações previstas da

Codim, a partir das Leis Orçamentárias aprovadas desde 2006 e através de informações do Plano Plurianual de Niterói, em vigência (2006-2009). Tem-se que as ações sob a gestão da Codim para 2008 correspondem a 0,05% (R\$ 397 mil) do orçamento total aprovado pelo Legislativo niteroiense, que é da ordem de R\$ 755 milhões. Dentre tais ações identificadas destaca-se a ênfase na “Assistência jurídica gratuita à mulher”, “Atendimento às vítimas de violência” e “Saúde da mulher”.

Estado do Rio de Janeiro

O estado conta, desde 1987, com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim),¹⁶ que tem sido importante ator no cenário político das lutas das mulheres no Rio

de Janeiro, em especial, por buscar “assessorar, formular, monitorar e implementar as políticas de gênero voltadas para a valorização e a promoção da população feminina”.

Enquanto órgão de assessoramento na implementação de políticas públicas, atualmente o Cedim está vinculado à Subsecretaria de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (Sudim), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que está sob a gestão de uma mulher que integra os 21% do atual secretariado do governo estadual.

No entanto, apesar deste cenário, não tem havido monitoramento sistemático das políticas dirigidas às mulheres ou de outras ações setoriais por razão da falta de clareza da gestão pública. Os instrumentos disponíveis não estão sendo implementados.

Isto acontece porque a maioria dos programas sociais do estado não tem Programas de Trabalho próprios e, quando existe, sua execução orçamentária não se dá através deles. Estes são os casos do Programa Bolsa Família, Restaurante Popular, assim como das ações que respondem pela política de gênero. Tem-se, por exemplo, que não é possível identificar os gastos específicos dos hospitais, das maternidades, das delegacias legais, como também das Casas Abrigo onde o estado acolhe as mulheres e seus filhos que são vítimas de violência doméstica e intrafamiliar.

⁹ Instituto Municipal Fernando Magalhães/São Cristóvão; Hospital Maternidade Alexandre Fleming/Mal. Hermes; Unidade Integrada de Saúde Herculano Pinheiro/Madureira; Hospital Maternidade Carmela Dutra/Lins; Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth/Praça XV; Unidade materno infantil Leila Diniz/Hospital Lourenço Jorge/Barra da Tijuca; Casa de Parto David Capistrano/Realengo.

¹⁰ Resposta da Codim, de 5 de março de 2008, atendendo a questões produzidas pelo Instituto Equit.

¹¹ Decreto de Lei nº. 8951/2003 Diário Oficial de 08.03.2003

¹² As conselheiras tomaram posse em 29/02/2008.

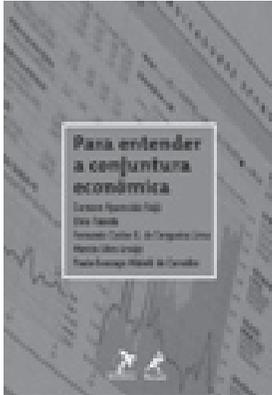
¹³ Idem ao item 10.

¹⁴ A prestação de contas de 2007 deve obter parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado em abril, devendo ser apreciado pela Câmara Municipal em seguida.

¹⁵ Vale informar que tais documentos só se tornaram públicos a partir de atuação do Ministério Público, em atendimento ao pedido do Fórum Popular de Niterói.

¹⁶ O Cedim foi criado pelo Decreto de n. 9.906 de 6/5/1987 como órgão de assessoramento na implementação de políticas públicas, então vinculado à Subsecretaria de Defesa e Promoção de Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Posteriormente, pela Lei Estadual nº. 2.837 de 19/01/97, com a atribuição de assessorar, formular, monitorar e implementar as políticas de gênero voltadas para a valorização e a promoção da população feminina.

Lançado livro sobre como entender a conjuntura



■ “Para entender a conjuntura econômica” é o título do livro recém lançado pela Editora Manole, a partir de um curso realizado pelo Corecon-RJ. No livro, textos dos economistas, professores e pesquisadores Carmem Araújo Feijó, Elvio Valente, Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima, Marcio Silvio de Araújo e Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho.

O livro tem por objetivo oferecer aos leitores e leitoras pistas e caminhos para o entendimento dos fatos econômicos do dia-a-dia e do uso de estatísticas, fornecendo instrumental para uma análise a mais completa possível da conjuntura econômica. Para a professora da UFF Célia Lessa Kerstenetzky, uma das apresentadoras da obra, o livro tende a tornar-se referência obrigatória em cursos de economia.

Aula inaugural do MBA da UFF será dia 5/4

■ Será no próximo dia 5 de abril, no auditório da Faculdade de Economia da UFF, na Rua Tiradentes, 17, no Ingá, em Niterói, a aula inaugural do curso MBA em Economia Empresarial. A palestra será da economista Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky, formada na própria UFF, com mestrado na UFRJ e doutorado pelo IUPERJ, mais o pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Professora da UFF, ela irá abordar o tema “A racionalidade das decisões econômicas”. A participação na aula inaugural é aberta a todos interessados.

Filme sobre o economista Celso Furtado estreou neste início de abril no circuito de cinema do Rio de Janeiro



CPDA	Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (PPDAS) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Coordenadora: Maria Fátima de Souza (CPDA) / Insc. nº 00148/07 - CEP: 23241-970 - RJ
O AVANÇO NA PRODUÇÃO DE SOJA E O CONSUMO DE CARNE NA EUROPA, NO JAPÃO E NA CHINA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA		
LUC VAN KRUNKELSVEN		
FUNDADOR E MEMBRO DO WERYTEL (Grupo de Trabalho para uma Agricultura mais Justa e Sustentável) - BRUXELAS, BÉLGICA		
Data:	05 de Abril de 2008 - 14 h	
Local:	CPDA-UFFRJ Av. Presidente Vargas, 437 - 6. andar Centro - Rio de Janeiro, RJ	

Agenda de cursos

• MATEMÁTICA ESTRATÉGICA

(13 de maio a 9 de dezembro de 2008 - às terças-feiras das 18h45 às 21h30 - Curso de 93 horas-aula). Professor Raul Agostino

O curso é direcionado para alunos dos cursos de graduação em Economia, bem como para aqueles profissionais de outras áreas que se prepararam para a prova da ANPEC, mais a longo prazo. Seu conteúdo é baseado nos tópicos que, historicamente, possuem maior grau de dificuldade de assimilação e retenção, por parte dos alunos. Ao longo do curso, se irá enfatizar o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a interpretação das nomenclaturas e códigos matemáticos.

Objetivo. Ao final do curso pretende-se que o aluno seja capaz de interpretar enunciados e resolver problemas que relacionem mais de um conceito matemático. O aluno também deverá estar apto a compreender conceitos de matemática superior.

• CHINA: DESENVOLVIMENTO E SOCIALISMO DE MERCADO

(3 de abril a 5 de junho de 2008 - 18h45 - 21h30 - às quintas-feiras - Curso de 24 horas-aula)

• MICROECONOMIA: MONOPÓLIOS, OLIGOPÓLIOS, CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA E CARTEL

(De 14 de julho a 17 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)

• MACROECONOMIA: INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E MACROECONOMIA ABERTA

(De 4 de agosto a 24 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Microeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)